

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

OBS: No título da matéria encontra-se o link para a íntegra.

Diário Oficial da União

Regulamentação da Economia

Atos do Poder Executivo

Medida Provisória nº 1.199, de 11 de dezembro de 2023

Altera a Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, para prorrogar a duração do Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil - Faixa 1.

Fonte: DOU 12.12.2023

Ministério da Fazenda

Gabinete do Ministro

Portaria Normativa nº 1572, de 11 de dezembro de 2023

Altera as Portarias Normativas MF nº 634, de 27 de junho de 2023, e MF nº 947, de 22 de agosto de 2023, para regulamentar o uso da plataforma digital do Programa Desenrola Brasil com conta no Portal gov.br.

Fonte: DOU 12.12.2023

Banco Central do Brasil

Área de Regulação

Departamento de Regulação do Sistema Financeiro

Instrução Normativa BCB nº 430, de 1º de dezembro de 2023

Define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Instrução Normativa define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Fonte: DOU 14.12.2023

Instrução Normativa BCB nº 426, de 1º de dezembro de 2023

Define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Instrução Normativa define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Fonte: DOU 14.12.2023

Instrução Normativa BCB nº 431, de 1º de dezembro

Define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esta Instrução Normativa define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Fonte: DOU 14.12.2023

Instrução Normativa BCB nº 433, de 1º de dezembro de 2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Instrução Normativa define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Fonte: DOU 14.12.2023

[Instrução Normativa BCB nº 428, de 1º de dezembro de 2023](#)

Define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Instrução Normativa define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Fonte: DOU 14.12.2023

[Instrução Normativa BCB nº 427, de 1º de dezembro de 2023](#)

Define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Instrução Normativa define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Fonte: DOU 14.12.2023

[Instrução Normativa BCB nº 429, de 1º de dezembro de 2023](#)

Define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Fonte: DOU 14.12.2023

[Instrução Normativa BCB nº 432, de 1º de dezembro de 2023](#)

Define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esta Instrução Normativa define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A disponibilização em forma de dados abertos será retomada em data a ser informada após o estabelecimento das especificações pelo Banco Central do Brasil e deverá incluir as informações referentes ao período em que a divulgação permaneceu suspensa.

Fonte: DOU 14.12.2023

[Instrução Normativa BCB nº 425, de 29 de novembro de 2023](#)

A Instrução Normativa BCB nº 385, de 30 de maio de 2023 passa a vigorar com a seguinte alteração: A disponibilização das informações requeridas no Relatório de Pilar 3 em forma de dados abertos, de que trata o § 3º do art. 23 da Resolução BCB nº 54, de 2020, fica suspensa a partir de 29 de novembro de 2023.

Fonte: DOU 14.12.2023

[Comércio Exterior e Assuntos Internacionais](#)

[Atos do Poder Executivo](#)

[Decreto nº 11.817, de 8 de dezembro de 2023](#)

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Promulga o Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, firmado em Brasília, em 17 de julho de 2015.

Fonte: DOU 11.12.2023

Decreto nº 11.831, de 14 de dezembro de 2023

Institui a Comissão Gestora do Sistema Integrado de Comércio Exterior.

Fonte: DOU 15.12.2023

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 11.832, de 14 dezembro de 2023

Altera o Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, para delegar aos Ministros de Estado do Trabalho e Emprego e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte competência para aprovar os orçamentos das entidades que menciona.

Fonte: DOU 15.12.2023

Ministério da Fazenda

Comitê Gestor do Simples Nacional

Resolução CGSN nº 174, de 12 de dezembro de 2023

Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Fonte: DOU 15.12.2023

Questões Institucionais

Ministério da Saúde

Agência Nacional de Saúde Suplementar

Consulta Pública ANS nº 122, de 8 de dezembro de 2023

Fica aberta Consulta Pública com prazo de 20 (vinte) dias, do dia 13/12/2023 a 01/01/2024 para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas aos relatórios preliminares da COSAÚDE para a UAT nº 112 e a recomendação preliminar para a UAT nº 112, acrescidas dos insumos correspondentes.

Fonte: DOU 11.12.2023

Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde

Consulta Pública SECTCS/MS nº 51, de 6 de dezembro de 2023

Consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação do Comitê de Produtos e Procedimentos da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec relativa à proposta de incorporação do rt-PCR para identificação de mutação do receptor do fator de crescimento epidérmico (EGFR) em pacientes com câncer de pulmão de células não pequenas, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde do Ministério da Saúde (SECTCS/MS), nos autos de NUP 25000.069724/2023-01.

Fonte: DOU 11.12.2023

Controladoria-Geral da União

Ouvidoria-geral da União

Instrução Normativa nº 26, de 11 de dezembro de 2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Institui o Termo de Adesão Voluntária à Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR. Fica instituído, na forma do Anexo Único desta Instrução Normativa Conjunta, o Termo de Adesão voluntária à Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR.

Fonte: DOU 12.12.2023

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Arquivo Nacional

Conselho Nacional de Arquivos

[Resolução nº 54, de 8 de dezembro de 2023](#)

Estabelece diretrizes e regras para a aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), aos arquivos permanentes custodiados por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

Fonte: DOU 13.12.2023

[Portaria Conjunta MGI/MPO nº 61, de dezembro de 2023](#)

Regulamenta os limites de reembolso com cessões, requisições e alterações de exercício para composição força de trabalho no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

Fonte: DOU 15.12.2023

Ministério da Fazenda

Secretaria do Tesouro Nacional

[Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de dezembro de 2023](#)

Aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 - Regime Próprio de Previdência Social - RPPS da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Fonte: DOU 13.12.2023

Ministério de Minas e Energia

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

[Portaria ANP nº 221, de 14 de dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre a elaboração do Relatório de Gestão e demais peças necessárias à prestação de contas da ANP referente ao exercício de 2023.

Fonte: DOU 15.12.2023

[Gasto Público](#)

Atos do Poder Executivo

[Decreto nº 11.826, de 14 de dezembro de 2023](#)

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 55.079.182,00.

Fonte: DOU 15.12.2023

Ministério do Planejamento e Orçamento

Gabinete da Ministra

[Portaria GM/MPO nº 355, de 8 dezembro de 2023](#)

Transfere recursos entre categorias de programação, constantes do Orçamento Fiscal da União, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R\$ 216.619,00.

Fonte: DOU 08.12.2023- Edição Extra

[Portaria GM/MPO nº 362, de 8 de dezembro de 2023](#)

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo; Encargos Financeiros da União; Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios; e Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 3.797.614.726,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Fonte: DOU 08.12.2023- Edição Extra

[Portaria GM/MPO nº 360, de 08 de dezembro de 2023](#)

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes do Anexo da Lei nº 14.696, de 11 de outubro de 2023, no Ministério da Agricultura e Pecuária; do Anexo da Medida Provisória nº 1.188, de 19 de setembro de 2023, no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Lei nº 14.706, de 25 de outubro de 2023, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e da Lei Orçamentária vigente, em diversos órgãos do Poder Executivo federal, no valor de R\$ 636.172.633,00.

Fonte: DOU 08.12.2023- Edição Extra

[Portaria GM/MPO nº 361, de 8 de dezembro de 2023](#)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; da Previdência Social; da Saúde; e do Meio Ambiente e Mudança do Clima, crédito suplementar no valor de R\$ 7.384.925.598,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Fonte: DOU 08.12.2023- Edição Extra

[Portaria GM/MPO nº 364, de 11 de dezembro de 2023](#)

Adequa os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 11.415, de 16 de fevereiro de 2023, no que concerne a diversos órgãos do Poder Executivo.

Fonte: DOU 11.12.2023 Edição Extra

[Resolução COFEX nº 80, de 7 de dezembro de 2023](#)

Resolve Instituir sublimite específico anual para autorização da preparação de projetos ou programas de Estados, Distrito Federal e Municípios cujos recursos sejam integralmente destinados a financiar programas ou projetos ambientais ou climáticos.

Fonte: DOU 15.12.2023

Ministério da Fazenda

Secretaria do Tesouro Nacional

[Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de dezembro de 2023](#)

Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). instituir instrumento eficiente de orientação comum aos gestores nos três níveis de governo, mediante consolidação, em um só documento, de conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação das receitas e despesas orçamentárias;

Fonte: DOU 13.12.2023

Ministério da Saúde

Gabinete da Ministra

[Portaria GM/MS nº 2.346, de 13 de dezembro de 2023](#)

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde. Ficam autorizados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios descritos no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Fonte: DOU 14.12.2023

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

[Resolução nº 73, de 22 de setembro de 2023](#)

Proposta Orçamentária do Exercício de 2024 - Dar publicidade ao orçamento do CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO BAHIA - CREF13/BA, devidamente aprovado, para o exercício financeiro de 2024, que estima a receita em R\$ 6.262.531,23 (seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e três centavos) e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4.320/1964. Fonte: DOU 15.12.2023

Legislação Trabalhista

Regulamentação de Profissões

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

Conselho Federal de Administração

[Resolução Normativa CFA nº 637, de 13 de dezembro de 2023](#)

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais/Conselho Federal de Administração - Institui, no âmbito do Sistema CFA/CRAs, o Dia da Valorização da Mulher Profissional de Administração.

Fonte: DOU 14.12.2023

Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região

[Resolução Cref5 nº de 20 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre a concessão, a aplicação e a prestação de contas de suprimento de fundos, no âmbito do Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região - CREF5/CE.

Fonte: DOU 15.12.2023

Infraestrutura

Atos do Poder Legislativo

[Lei nº 14.750, de 12 de dezembro de 2023](#)

Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados.

Fonte: DOU 13.12.2023

Sistema Tributário

Carga Tributária

Atos do Poder Legislativo

[Lei nº 14.754, de 12 dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas estrangeiras no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.892, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Fonte: DOU 13.12.2023

Ministério da Fazenda

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 10ª Região Fiscal

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Divisão de Tributação

Solução de Consulta nº 10.010, de 11 de dezembro de 2023

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. RESTITUIÇÃO. IMPORTAÇÃO POR CONTA DE TERCEIRO. LEGITIMIDADE. IMPORTADOR. ADQUIRENTE. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS-PASEP-IMPORTAÇÃO E COFINS-IMPORTAÇÃO.

Fonte: DOU 12.12.2023

Ato Cotepe/ ICMS nº 180, de 13 de dezembro de 2023

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS nº 22/23, que aprova os modelos dos anexos e o manual de instruções de que trata a cláusula décima nona do Convênio ICMS nº 199/22, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto. O inciso II do art. 3º do Ato COTEPE/ICMS nº 22, de 10 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação: Anexo II - Manual de Instrução de que trata o § 3º da cláusula décima nona do Convênio ICMS nº 199/22 - versão v1.02 - chave 77cc49793fd76f90b19b539ccc6aee48. ".

Fonte: DOU 14.12.2023

Solução de Consulta nº 304, de 6 dezembro de 2023

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. A redução da base de cálculo da Cofins prevista no inciso II do art. 1º da Lei nº 10.485, de 2002, deve ser aplicada sobre o valor da receita de venda já com o ICMS excluído. Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. INCIDÉNCIA SOBRE O VALOR DE VENDA SEM O ICMS. A redução da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep prevista no inciso II do art. 1º da Lei nº 10.485, de 2002, deve ser aplicada sobre o valor da receita de venda já com o ICMS excluído.

Fonte: DOU 15.12.2023

Solução de Consulta nº 305, de 6 dezembro de 2023

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. As empresas juniores, criadas nos termos da Lei nº 13.267, de 2016, e desde que observados todos os requisitos dispostos na legislação aplicável, entre eles o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, e a própria Lei instituidora estão isentas do IRPJ. O entanto, não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos pela consulente em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, conforme previsto no § 2º do art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997.

Fonte: DOU 15.12.2023

Solução de Consulta nº 4.061 - SRRF04/DISIT nº 6 de dezembro de 2023

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Para as atividades de licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computador padronizados ou customizados em pequena extensão, o percentual para determinação da base de cálculo do IRPJ, de que trata o caput do art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, é de 32% (trinta e dois por cento), previsto para prestação de serviços na alínea "a" do inciso III desse mesmo artigo. Para as atividades de licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computador padronizados ou customizados em pequena extensão, o percentual para determinação da base de cálculo do IRPJ de que trata o caput do art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995, é de 32% (trinta e dois por cento), previsto, para a prestação de serviços em geral, na alínea "a" do inciso III do § 1º desse mesmo artigo.

Fonte: DOU 15.12.2023

Obrigações, Multas e Administração Tributária

Ministério da Fazenda

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Portaria RFB nº 384, de 11 de dezembro de 2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Prorroga prazos para pagamento de tributos, inclusive parcelamentos, para o cumprimento de obrigações acessórias e para a prática de atos processuais no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para contribuintes domiciliados nos municípios cujos nomes constam do Anexo Único desta Portaria, localizados no Estado de Santa Catarina.

Fonte: DOU 13.12.2023

[Portaria Normativa MF nº 1.584, de 13 dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica e de pequeno valor. Esta Portaria dispõe, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, sobre a transação por adesão no contencioso tributário:

Fonte: DOU 14.12.2023

Infraestrutura Social

Educação

Ministério da Educação

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

[Portaria nº 841, de 11 de dezembro de 2023](#)

Publica a apuração parcial dos objetivos estratégicos, indicadores e metas para o alcance dos resultados institucionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no exercício de 2023.

Fonte: DOU 13.12.2023

Previdência Social

Ministério da Fazenda

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil/Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 4ª

Região Fiscal

Divisão de Tributação

[Solução de Consulta nº 4.063 - SRRF04/DISIT nº 13 de dezembro de 2023](#)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Fonte: DOU 15.12.2023

Responsabilidade Social

Atos do Poder Executivo

[Decreto nº 11.819, de 11 de dezembro de 2023](#)

Regulamenta o disposto no inciso XX do art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para vedar o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis nos espaços livres de uso público.

Fonte: DOU 12.12.2023

[Decreto nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023](#)

Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.

Fonte: DOU 12.12.2023 - Edição-Extra

[Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023](#)

Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades.

Fonte: DOU 12.12.2023 - Edição-Extra

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Portaria nº 155, de 12 dezembro de 2023

Estabelece limites financeiros, prazos e requisitos para execução da modalidade Compra com Doação Simultânea- Termo de Adesão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Fonte: DOU 12.12.2023 - Edição-Extra

Instrução Normativa nº 33/SENARC/MDS, de 11 de dezembro de 2023

Estabelece os procedimentos da gestão de benefícios do Programa Bolsa Família a partir das repercussões de pendência no registro de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), relacionadas à situação no Cadastro de Pessoa Física (CPF), conforme previsto pela Portaria MDS nº 897, de 07 de julho de 2023.

Fonte: DOU 13.12.2023

Meio Ambiente

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Instrução Normativa nº 27, de 30 de dezembro de 2023

Altera a Instrução Normativa Ibama nº 22, de 22 de dezembro de 2021, que regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Fonte: DOU 13.12.2023

Instrução Normativa IBAMA nº 28, de 8 de dezembro de 2023

Altera a Instrução Normativa Nº 23, de 26 de dezembro de 2022, que regulamenta o controle das emissões corporativas e a gestão de créditos de emissão de poluentes da fase PROCONVE L8, em conformidade com os arts. 4º e 26 da Resolução CONAMA Nº 492, de 2018.

Fonte: DOU 13.12.2023

Portaria ICMBIO nº 4.069, de 3 de dezembro de 2023

Considerando a instituição da Política de Integração e Nucleação Gerencial - PINGe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por meio da Portaria nº 102, de 10 de fevereiro de 2020; alterada pela Portaria nº 84, de 29 de novembro de 2021 e pela Portaria nº 246, de 30 de março de 2022; resolve: alterar o Inciso I do Art. 6º, que passa a vigorar com a seguinte redação: A proposta de Regimento Interno deverá ser apresentada para avaliação da respectiva Gerência Regional em até 90 (noventa) dias após a instituição do NGI, a qual decidirá pela validação e envio da proposta para aprovação do Comitê Gestor do ICMBio.

Fonte: DOU 15.12.2023

Interesse Setorial

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Gabinete do Ministro

Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 32, de 6 de dezembro de 2023

Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para Etiqueta Inteligente ("Smart Label") e Dispositivo de Identificação por Radiofrequência ("RFID"), industrializados no País

Fonte: DOU 12.12.2023

Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 33, de 6 de dezembro de 2023

Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para Etiqueta Inteligente ("Smart Label") e Dispositivo de Identificação por Radiofrequência ("RFID"), industrializados na Zona Franca de Manaus.

Fonte: DOU 12.12.2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Alimentícia

Ministério da Saúde

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Diretoria Colegiada

[Instrução Normativa - IN nº 267, de 11 de dezembro de 2023](#)

Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos.

Fonte: DOU 12.12.2023

Biocombustíveis

Ministério da Fazenda

Conselho Nacional de Política Fazendária

[ATO COTEPE/PMPF nº 31, DE 11 de Dezembro de 2023](#)

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

Fonte: DOU 12.12.2023

Ministério de Minas e Energia

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

[Resolução ANP nº 963, de 12 de dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a acreditação de organismos de certificação de conteúdo local de bens e serviços pela ANP.

Fonte: DOU 13.12.2023

Eletroeletrônico

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços

[Consulta Pública nº 28, de 11 de dezembro de 2023](#)

Torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de FONES DE OUVIDO SEM FIO, COM SISTEMA INTELIGENTE DE ÁUDIO E COM FUNÇÃO PRINCIPAL DE CONECTIVIDADE E PAREAMENTO POR WIRELESS.

Fonte: DOU 12.12.2023

Equipamentos e Dispositivos Médicos

Ministério da Saúde

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Diretoria Colegiada

[Resolução - RDC nº 830, de 6 de dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre a classificação de risco, os regimes de notificação e de registro e os requisitos de rotulagem e instruções de uso de dispositivos médicos para diagnóstico in vitro, inclusive seus instrumentos.

Fonte: DOU 11.12.2023

Farmacêutica

Presidência da República

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Conselho de Governo
Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos

[Resolução CTE-CMED nº 1º de 11 de dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre a precificação de medicamentos novos e vacinas contra a Covid-19 no âmbito da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED); e revoga a Resolução CTE-CMED nº 8, de 2 de julho de 2021, e a Resolução CTE-CMED nº 9, de 2 de julho de 2021.

Fonte: DOU 11.12.2023

Ministério da Saúde

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Diretoria Colegiada

[Resolução - RDC nº 831, de 6 de dezembro de 2023](#)

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 47, de 8 de setembro de 2009, que estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde.

Fonte: DOU 11.12.2023

[Resolução Normativa ANS nº 592, de 11 de dezembro de 2023](#)

Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória dos medicamentos Emicizumabe, para o tratamento profilático de pacientes com hemofilia A, moderada ou grave, e anticorpos inibidores do Fator VIII, sem restrição de faixa etária, e Ácido Zoledrônico, para o tratamento de pacientes com osteoporose com intolerância ou dificuldade de deglutição dos bisfosfonatos orais, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º e 10, do art. 10, da Lei nº 9.656/1998.

Fonte: DOU 12.12.2023

[Consulta Pública nº 1.224, de 11 dezembro de 2023](#)

Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de norma que trata da disponibilização de bulas em formato digital, conforme Anexo.

Fonte: DOU 13.12.2023

Fumo

Ministério da Saúde

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Diretoria Colegiada

[Instrução Normativa - IN nº 271, de 14 de dezembro de 2023](#)

Estabelece as advertências sanitárias e mensagens a serem utilizadas nas embalagens de produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme previsto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 838/2023

Fonte: DOU 15.12.2023

Informática

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Gabinete do Ministro

[Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 30, de dezembro de 2023](#)

Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para BENS DE INFORMÁTICA, industrializados na Zona Franca de Manaus, que estabelece o Processo Produtivo Básico para BENS DE INFORMÁTICA, industrializados no Zona Franca de Manaus, passa a vigorar com a seguinte alteração.

Fonte: DOU 12.12.2023

[Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 29, de 6 de dezembro de 2023](#)

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para BENS DE INFORMÁTICA, industrializados no País.
Fonte: DOU 12.12.2023

Química

Ministério da Saúde

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

4ª Diretoria/Gerência de Laboratórios de Saúde Pública

Consulta Pública nº 1.223, de 7 dezembro de 2023

Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões aos textos das monografias IODETO DE SÓDIO (131 I) SOLUÇÃO ORAL e IODETO DE SÓDIO (131 I) CÁPSULAS, conforme Anexo.

Fonte: DOU 12.12.2023

Instrução Normativa - IN nº 268, de 12 de dezembro de 2023

Dispõe sobre a alteração de monografias dos ingredientes ativos na Relação de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021.

Fonte: DOU 13.12.2023

Instrução Normativa - IN nº 269, de 12 dezembro de 2023

Dispõe sobre a inclusão da monografia do ingrediente ativo F78 - FLORILPICOXAMIDA na Relação de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021.

Fonte: DOU 13.12.2023

Resolução - RDC nº 834, de 12 de dezembro de 2023

Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB). Ficam incluídas as Denominações Comuns Brasileiras (DCB) relacionadas no Anexo I, à lista de DCB aprovada pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 469, de 23 de fevereiro de 2021. Tebentafuspe, teplizumabe, vacina vírus sincicial respiratório A e B (recombinante), Vitis vinifera, hemicitrato de vorasidenibe hemi-hidratado

Fonte: DOU 15.12.2023

Resolução -RDC nº 835, de 13 de dezembro de 2023

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

Fonte: DOU 15.12.2023

Saúde

Ministério da Saúde

Gabinete da Ministra

Portaria GM/MS nº 1.925, de 20 de novembro de 2023

Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho, para elaboração do Plano Estratégico para Medidas de Atenção, Vigilância e Promoção Integral à Saúde das Populações Expostas e Potencialmente Expostas ao Mercúrio.

Fonte: DOU 11.12.2023

Telecomunicações

Ministério das Comunicações

Gabinete do Ministro

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

[Portaria MCOM nº 11.476, de 8 de dezembro de 2023](#)

Altera a Portaria MCOM nº 2.992, de 26 maio de 2017 e a Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, para estabelecer diretrizes para o desligamento dos sinais analógicos de televisão.

Fonte: DOU 08.12.2023- Edição Extra

Diário Oficial Estadual

Questões Institucionais

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 4.364 de 11 de dezembro de 2023

Altera os dispositivos do Decreto nº 10.386 de 25 de fevereiro de 2022 que institui o Comitê Técnico Público-Privado de ESG - Environmental, Social and Governance, no âmbito do Estado do Paraná.

Fonte: DOE 11.12.2023

Decreto nº 4.366 de 11 de dezembro de 2023

Dispõe sobre a retenção de imposto de renda decorrente dos pagamentos realizados pelos órgãos da administração pública estadual direta, pelos seus fundos, autarquias e fundações públicas estaduais a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços.

Fonte: DOE 11.12.2023

Gasto Público

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 4.367 de 11 de dezembro de 2023

Altera o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que fixa normas referentes a execução orçamentária e financeira.

Fonte: DOE 11.12.2023

Infraestrutura

Atos do Poder Executivo

Lei nº 21.797, de 12 de dezembro de 2023

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de trechos rodoviários que especifica e a transferência do domínio destes ao Município de Três Barras do Paraná

Fonte: 12.12.2023

Lei nº 21.804, de 12 de dezembro de 2023

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de trecho rodoviário que especifica e a transferência do domínio deste ao Município de Floresta. Autoriza o Poder Executivo a desafetar o trecho da Rodovia PR-546, no Município de Floresta, do Sistema Rodoviário Estadual - S.R.E, sob o código 546S0040EPR, com 1,52 km (um quilômetro e quinhentos e vinte metros) de extensão, compreendido entre o ponto de referência 1512 do S.R.E de coordenadas 23°37'5,84"S, 52°4'33,74"O e ponto final de coordenadas 23°37'37,82"S, 52°03'55,59"O (DatumWGS84).

Fonte: 12.12.2023

Sistema Tributário

Carga Tributária

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 4.335 de 07 de dezembro de 2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. Aos estabelecimentos fabricantes de embalagens, por ocasião da saída neste Estado de produtos fabricados pelo próprio estabelecimento beneficiário, no percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) do saldo devedor do imposto próprio apurado no respectivo período (Lei nº 19.777, de 18 de dezembro de 2018, e Convênio ICMS 190/2017).

Fonte: DOE 07.12.2023

Decreto nº 4.336 de 07 de dezembro de 2023

Revoga dispositivo do Regulamento do ICMS, que veda a emissão, por outros meios, dos documentos fiscais eletrônicos contemplados no Regime Especial da Nota Fiscal Fácil. Introduz no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017.

Fonte: DOE 07.12.2023

Decreto nº 4.337 de 07 de dezembro de 2023

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS. Alteração 908^a Os subitens 7.2.1.9 e 7.2.2.5 do Subanexo IV do Anexo IV passam a vigorar com a seguinte redação:

7.2.1.9. Campo 09 - Informar o nome do município do endereço, de acordo com a tabela de municípios elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, disponibilizada no site do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED (Convênios ICMS 115/2003, 60/2015 e 157/2023); 7.2.2.5. Campo 19 - Informar o código do município de acordo com a tabela de municípios elaborada pelo

Fonte: 07.12.2023

Decreto nº 4.338 de 07 de dezembro de 2023

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, considerando os Ajustes SINIEF 7, de 7 de abril de 2022, 28, de 1º de julho de 2022, e 5, de 14 de abril de 2023, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.057.796-3

Fonte: DOE 07.12.2023

Decreto nº 4.339 de 07 de dezembro de 2023

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. 5-A Operações com medicamentos que contenham o princípio ativo relacionado a seguir, destinados ao tratamento da ATROFIA MUSCULAR ESPINAL - AME (Convênios ICMS 100/2021 e 145/2023)

Fonte: DOE 07.12.2023

Decreto nº 4.340 de 07 de dezembro de 2023

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.º Introduz no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, as seguintes alterações.

Fonte: DOE 07.12.2023

Meio Ambiente

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

[Resolução Sedest nº 060/2023 de 07 de dezembro de 2023](#)

Gerência de Relações Governamentais
nº 50. ano XIV. 18 de dezembro de 2023

Súmula: Altera dispositivo que especifica na Resolução SEDEST nº 30, de 24 de julho de 2023, que designa os membros da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Paraná -CIEA IX – Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP: Titular: Rosane Fontoura Suplente: Sandra Mara Martins Bortot”.
Fonte: DOE 07.12.2023

[Resolução Conjunta SEDEST/IAT nº 12/2023](#)

Súmula: Dispõe sobre excepcional prorrogação dos prazos de que trata a resolução Conjunta SEDEST/IAT nº. 20/2021 e Resolução Conjunta SEDEST/IAT nº. 22/2021.
Fonte: DOE 12.12.2023

Interesse Setorial

Agroindústria

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

[Portaria nº 054/2023](#)

Resolve Divulgar o preço médio do milho no Paraná - 04 a 08 de dezembro de 2023.
Fonte: DOE 11.12.2023

RESUMO DO DIÁRIO OFICIAL: Publicação Semanal da Gerência de Relações Governamentais do Sistema Fiep. Este material é protegido por direito autoral, e sua reprodução total ou parcial está autorizada, desde que realizada a devida citação de fonte, sendo proibida a exploração comercial do mesmo.